

ACÇÃO, ATUAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL: UMA REVISÃO SOBRE ANIMAÇÃO SOCIOCULTURAL NA EDUCAÇÃO FÍSICA

Recebido em: 02/12/2017

Aceito em: 17/09/2018

*Paulo Sérgio de Lima*¹

*Jaqueline Costa Castilho Moreira*²

Universidade Estadual Paulista (UNESP - Campus de Presidente Prudente)

Presidente Prudente – SP – Brasil

RESUMO: Este trabalho visa apresentar a “animação sociocultural” como aprimoramento da formação do profissional de Educação Física. Assim, este estudo de natureza qualitativa tem por objetivo aprofundar teoricamente sua concepção, com a finalidade de ampliar o leque de possibilidades de ação e atuação no mercado de trabalho para profissionais de Educação Física no Brasil. A metodologia utilizada foi uma revisão de literatura a partir da base de dados Parthenon/UNESP. Os resultados apontam diferentes perspectivas sobre a “animação sociocultural”, como a polissemia de conceitos existentes no Brasil, as ações pontuais, a atuação voltada à transformação social, o perfil profissional, a formação e o mercado de trabalho. Como considerações finais esta formação profissional desenvolve sujeitos transformadores, capazes de significar e/ou ressignificar a realidade e, desse modo, permitir o desenvolvimento do ser humano.

PALAVRAS-CHAVE: Animação. Educação física e Treinamento. Capacitação profissional.

ACTION, PERFORMANCE AND PROFESSIONAL TRAINING: A REVIEW ON SOCIOCULTURAL ANIMATION IN PHYSICAL EDUCATION

ABSTRACT: This work aims to present the "sociocultural animation" as an improvement of the training of the Physical Education professional. Thus, this qualitative study has the objective of theoretically deepening its conception, with the purpose of expanding the range of possibilities of action and performance in the labor market for Physical Education professionals in Brazil. The methodology used was a

¹ Graduado em 2017 no curso de Licenciatura em Educação Física pela FCT/UNESP/Presidente Prudente/SP. Participação no Subprojeto: A formação de professores de Educação Física para a Educação Básica a partir da interlocução entre infância, juventude, educação e cultura corporal de movimento; Bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), financiado pela CAPES.

² Professora Assistente Doutora no Departamento de Educação Física, da Faculdade de Ciências e Tecnologia/UNESP- Campus de Presidente Prudente, SP. Coordenadora do Grupo de Pesquisa IPTECHI, Inovações Pedagógicas, Tecnológicas e suas Histórias na formação em Educação Física e Educação/Certificado CNPQ.

literature review from the Parthenon /UNESP database. The results point to different perspectives on "sociocultural animation", such as the polysemy of existing concepts in Brazil, specific actions, action aimed at social transformation, professional profile, training and the labor market. As final considerations this professional formation develops transforming subjects, capable of meaning and / or re-signification of reality and, thus, allow the development of the human being.

KEYWORDS: Animation. Physical Education and Training. Professional Training.

Introdução

No campo dos estudos do lazer e da inserção do que fazer no tempo livre, Melo (2006b, p. 91) sugere que estes momentos “[...] não devem ser compreendidos como meros passatempos ingênuos, mas como importantes espaços de desenvolvimento social, podendo ou não despertar novos olhares acerca da realidade.”

Esta temática tem sido discutida por estudiosos de várias áreas (TEIXEIRA; MAZZEI, 1967; SÃO PAULO, 1985; DUMAZEDIER, 1974, 1979; MARCELLINO, 1989, 1996, 2002, 2007; MELO, 2004, 2006a,b; CONSELHO, 2007; CONSELHO, 2010), entretanto existem barreiras a serem transpostas, tais como as definições etimológicas e epistemológicas do termo “lazer” no campo teórico, assim como as dificuldades na prática de se inserir uma nova metodologia de intervenção, com o propósito de transformação da vida dos indivíduos envolvidos.

No Brasil, desde os primeiros momentos de escolarização da Educação Física, as denominações recreação e lazer estão relacionadas às atividades de entretenimento, o que se torna um dos complicadores nos debates sobre o termo “animação sociocultural”, no sentido de transformação. Os teóricos da temática sofrem com os embates tanto de uma tradição disciplinar, que dificulta uma possível formação acadêmica com características inter e multidisciplinares; quanto da tradição histórica, como por exemplo, a relutância ao mencionar o termo “animação”: “[...] não são incomuns

resistências ao termo “animador”, por ele estar, na tradição brasileira, relacionado a algo pouco sério [...]”, nas palavras de Melo (2006b, p.74) referindo-se aos questionamentos sobre a valorização social não somente do conceito, mas também do profissional.

Perscrutando o termo “animação” dentro da Etimologia, sua gênese vem de “sopro, alegria, entusiasmo, movimento, vida e, no homem, iniciativa, criatividade, construção, reconstrução, superação de si e das próprias condições de vida...” (BARBOSA, 2006, p. 121).

Como verbete, o conceito de “animação” refere-se ao ato ou efeito de dar alma ou vida (HOUAISS *online*, 2001); ou mesmo, animar ou animar-se; caracterizando alegria e entusiasmo; movimento; calor e vivacidade; enquanto aquele que anima, estimula ou encoraja, denominado de “animador” ou “mestre de cerimônias”, que na atualidade é também o “indivíduo que, em rádio ou televisão, organiza e dirige programas” (FOLHA da Tarde, 1994, p. 71).

Reforça a aproximação entre animação, Psicologia e transformações sociais o registro de evento em caderno temático (CONSELHO, 2007), no qual se destaca a afirmação de Greeb (2007, p. 19) sobre metodologias promotoras de cidadania ativa “[...] Isso se percebe com clareza quando encontramos as pessoas alienadas e desanimadas isto é, *sem anima*, sem alma cidadã!”.

Transpondo a concepção de alma que aviva e/ou vivifica tendo como ponto de partida a possibilidade de transformação do sujeito individual; a *anima* é uma atitude íntima, que pode ou não voltar-se para atitudes exteriorizadas ou de caráter extrínseco (CAMPBELL, 1986). Contribui ainda a Psicologia com a expressão “continuidade social”, definida como:

A manutenção de formas culturais em gerações sucessivas. Algumas das principais agências de continuidade social são a família, o grupo lúdico, a igreja e a escola (CAMPBELL, 1986, p. 129).

Atentando-se para a importância do coletivo no lúdico, que anima e possibilita algum tipo de continuidade nas relações sociais; os conceitos de “animação” e “animador” dentro do contexto histórico ganham outras significações. Esses termos situados na conjunção que antecede a revolução industrial no século XVII, torna-se diferenciado por agregar questionamentos mais contundentes sobre o tempo destinado à “recuperação de forças” e da necessidade de se criar estratégias de intervenções políticas, capazes de minimizar tanto a exploração dos trabalhadores quanto às suas reivindicações.

A “animação sociocultural” como concepção aparece na Europa entre as décadas de 1950-60, cunhada por Dumazedier (1974). Nascendo como processo metodológico de educação de adultos, logo passou a englobar a educação permanente ou educação contínua, com o propósito de melhorar a participação social e a educação popular. Portanto, trata-se de uma expressão francesa que surge no âmbito de intervenção educativa, social e cultural.

Diferentemente de outros países que utilizam o termo “animação sociocultural”, no Brasil existem várias expressões com diversas significações, como: animação social, animação cultural, educação popular, animação popular, educação de rua, mobilização comunitária. Em consequente, esses profissionais recebem as seguintes designações: animador social, animador cultural, animador popular, educador de rua, agente comunitário, recreador, professor, mediador, agente cultural, gentil organizador, entre outros.

Justificando a importância de se adotar um “termo guarda-chuva”, Victor Andrade de Melo (2006b) indica a expressão “animação cultural”, como a mais adequada na nomeação do fenômeno.

Já Wanderley (2007, p.21) discorda, apontando que a expressão animação tem sua origem: “[...] histórica e ideologicamente, herdeira dos movimentos de educação popular dos dois últimos séculos, visando o acesso de todos à cultura e à formação de cidadãos responsáveis e críticos”, e como envolve a participação coletiva, este termo seria mais conveniente.

A resistência dos estudiosos à utilização de termo único pela dificuldade de expressar a polissemia de conceitos extrapola a discussão etimológica. Ela causa aos profissionais que trabalham com a “animação sociocultural” certa imprecisão na tomada de decisões em relação ao planejamento, as estratégias para realização das ações, as atividades propriamente ditas, a atuação efetiva, e a avaliação da intervenção; ocasionando equívocos e questionamentos quanto à formação inicial desse profissional (Educação Física, Pedagogia, Psicologia, Turismo entre outros). Essas dúvidas são acompanhadas pela possível regulamentação da profissão, como no caso do recreacionista, que é mencionado no Estatuto do Conselho Federal de Educação Física CONFEF/Conselho Regional de Educação Física/CREF (CONSELHO, 2010).

Apesar da divergência existem alguns consensos entre os pesquisadores. Um deles é quanto ao principal objetivo da “animação cultural” traduzido por transformação social e, de que ela “[...] não se restringe a um campo único de intervenção (pode ser implementado no âmbito do lazer, da escola, dos sindicatos, da família, enfim, em qualquer espaço possível de educação) [...]” (MELO, 2006b, p. 29).

O outro é a necessidade apontada pelo mesmo autor de se ir ao enalço de um “espírito”, “[...] uma inspiração que possa conduzir nossas ações cotidianas de intervenção” (MELO, 2006b, p. 24). Nessa perspectiva, o teórico expõe ser imprescindível a compreensão e a necessidade da criação de um artifício decisivo e estratégico de caráter emancipatório pelo profissional de “animação sociocultural”, que conscientize os indivíduos envolvidos sobre sua liberdade e simultaneamente sobre sua responsabilidade pelas escolhas que realizam frente às rotinas cotidianas.

Importante ressaltar que a “animação sociocultural” ligada à transformação social abarca questões de: autonomia (econômica, política, social e cultural); reivindicação de acesso das camadas sociais menos favorecidas às oportunidades, sendo que a concretização ou não de projetos dessa natureza, acabam sendo influenciadas por mecanismos políticos que tanto podem sustentá-los, como dificultá-los segundo as intencionalidades dos gestores (PINTO, 2008).

Evidenciando o caráter polissêmico do termo “animação sociocultural” e um aprimoramento da formação do profissional de Educação Física nesse sentido, o objetivo deste trabalho é aprofundar teoricamente sua concepção, com a finalidade de ampliar o leque de possibilidades de ação e atuação no mercado de trabalho para profissionais de Educação Física no Brasil.

Percurso Metodológico

Diante do objetivo exposto tornou-se premente a equalização da denominação dada a “animação sociocultural” e sua concepção, havendo necessidade de uma revisão de literatura sobre a temática.

A revisão aqui proposta:

[...] é uma avaliação crítica de pesquisa recente sobre um tópico em particular [...] que envolve análise, avaliação e integração da literatura pública, levando frequentemente a importantes conclusões em relação às descobertas da pesquisa até aquele momento (THOMAS; NELSON, 2002, p. 33).

Inicialmente forjada por uma pesquisa na base Parthenon, a revisão foi delineada por doze etapas. A base Parthenon, um serviço da Coordenadoria Geral de Bibliotecas da Unesp, realiza a busca integrada de diversos conteúdos em coleções bibliográficas, teses e dissertações, artigos em bases de dados, periódicos e *ebooks* conveniados a UNESP, bem como outras informações eletrônicas e digitais.

Devido às dificuldades de um alinhamento conceitual do termo “animação sociocultural” no Brasil, a pesquisa iniciou-se a partir da obra de Nelson Carvalho Marcellino intitulada “Pedagogia da Animação” de 1989; sendo que a revisão foi desenvolvida em diversas etapas entre novembro e dezembro de 2016:

1ª etapa: buscou-se na plataforma lattes o currículo do professor Marcellino para obter maiores informações sobre suas obras, como para localizar outros autores. Coletaram-se títulos de livros e, com isso, surgiu a necessidade de investigar e analisar elementos que apontassem para um alinhamento conceitual do termo “animação sociocultural”.

2ª etapa: realizou-se uma busca livre no Parthenon, com o nome Nelson Carvalho Marcellino a fim de respaldar a pesquisa no Lattes, no qual, apareceram 54 resultados; sendo destes 33 livros, oito artigos e uma dissertação pertencentes ao autor pesquisado e onze artigos.

3ª etapa: utilizou-se o sistema de busca do catálogo Athena que possibilita pesquisas, reservas e renovações no acervo do campus de Presidente Prudente e em outras bibliotecas da Rede Unesp. Na busca simples utilizou-se o termo “animação

sociocultural” com apenas dois resultados; direcionando para o uso do termo “animação” que resultou em 260 publicações. O objetivo desta etapa foi um levantamento bibliográfico que retornou em várias obras do autor Marcellino. Encontrou-se também, a obra “A Animação Cultural: conceitos e propostas” do autor Victor Andrade de Melo (2006a) utilizada para colaborar nas discussões.

4ª etapa: retornando ao Parthenon realizou-se uma busca livre sem aspas da palavra-chave “animação sociocultural”, com 45 resultados; sendo 29 artigos, sete teses, uma dissertação e oito livros.

5ª etapa: com a finalidade de recuperar somente textos em português empregou-se o recurso apenas nesse idioma, encontrando 32 resultados, que ainda passaram por novo critério de exclusão, a partir da leitura do título e do resumo dos textos.

6ª etapa: para a seleção de um marco inicial optou-se pelo ano de 2007 e ano final 2017, ou seja, dez anos de estudos. Relevante mencionar que entre 2000 e 2009 foram desenvolvidas várias pesquisas do tipo “estado da arte” tendo como foco o lazer correlacionado a recreação, a “animação sociocultural”, a produção científica de grupos de pesquisa dessa natureza e sobre as políticas públicas como destacado em vários trabalhos (STAREPRAVO, 2011; SILVA e MENDONÇA, 2014).

Também foi o momento em que as discussões sobre o termo “animação sociocultural” como profissão começaram a ganhar vulto no Brasil. O pesquisador Vitor Andrade de Melo(2006a) colaborou com a obra “A Animação Cultural: conceitos e propostas”, tendo como conteúdo o lazer e a cultura em geral; cultura de massas, erudita e popular; o cinema como proposta pedagógica; a relação e/ou não relação entre cultura e arte e, esporte e arte. Para seu autor:

[...] Nos dias de hoje a animação (sócio)cultural existe e não existe no Brasil. Existe um grande número de experiências que de alguma

forma dialogam, ora mais ora menos intencionalmente, com as reflexões dos autores ligados à temática; mas o termo ainda é pouco utilizado, as referências teóricas pouco conhecidas (até mesmo porque temos pouco material acerca do assunto publicado no Brasil) e o campo acadêmico praticamente inexistente (MELO, 2006a, p. 3).

7ª etapa: ainda no Parthenon acrescentou-se o termo “Educação Física” com quatro resultados, sendo um livro e três artigos, entretanto o livro e apenas um artigo eram os únicos materiais que atendiam o propósito pesquisado;

8ª etapa: agregou-se “área de atuação” com nenhum resultado;

9ª etapa: inseriu-se “ação profissional” com um resultado, sendo um livro referente a temática;

10ª etapa: empregou-se o termo “formação profissional” com três resultados, sendo um livro e dois artigos, entretanto destes apenas o livro e um artigo condiziam com a temática.

11ª etapa: as expressões indexadoras “animação sociocultural”, “Educação Física”, “área de atuação”, “ação profissional” e “formação profissional” foram usadas dentro da mesma busca com o operador booleano AND, com nenhum resultado.

12ª etapa: Por fim, decidiu-se realizar a busca com o uso de aspas apenas do termo “animação sociocultural” juntamente com os critérios de exclusão utilizados nas etapas anteriores. Devido ao termo ter o reconhecimento profissional na Europa optou-se por utilizar textos de Portugal proporcionando uma correlação entre Brasil/Portugal e publicações de autores europeus disponibilizados em português.

Ao final, foram pré-selecionados doze estudos entre artigos, teses, dissertações e livros. Após leitura dos textos na íntegra, organizou-se o quadro 1 composto por número que identifica o artigo; autor/ano de publicação, possibilitando que o estudo seja identificado nas referências; palavras-chave; relevância para pesquisa; metodologia e

principais resultados. Vale ressaltar que, por uma questão didática, a análise e a discussão a respeito do Quadro 1 serão apresentados sobre a forma de tópicos.

Quadro 01: Artigos recuperados

	Autor/Ano	Palavras-chave	Relevância para Pesquisa	Metodologia	Principais Resultados
01	CONSELHO Regional de Psicologia da 6ª Região (2007) ³	Cidadania, Psicologia, Sociocultural.	Novas estratégias de ações, Campo de atuação.	Elaboração e publicação de um caderno temático.	Continuidade nos debates, distribuição do caderno aos psicólogos e aos parceiros.
02	LEMOS; DANTAS; CHAO (2009) ⁴	Lazer; Aspectos sociais; Comunidades de bairro.	Novas metodologia s de ações e de gestão.	Descritiva, estudo de campo.	Diferentes formas de gestão pública.
03	SANTOS (2009)	Não declarado	Ação e atuação	Investigação – ação	Os jovens aprenderam a conviver e interagir, a ter compreensão, solidariedade e cumplicidade, criação de uma proximidade.
04	CAMPOS (2011)	Animação Sociocultural; Conhecimento Profissional; Formação em animação sociocultural.	Formação	Investigação – ação	Princípios orientadores de ações, sendo publicado como material de livre acesso no site do Ministério da Educação.
05	MACHADO (2011)	Museologia; Mediação; Urbanidade; Vizinhança; Colaboração; Desenvolvimento.	Atuação / mediação	Estudo de caso	Envolvimento bilateral Museu/Vizinhança, como elemento facilitador das relações intra-institucionais e intercomunitárias.
06	STOPPA; MARCELLINO ; SILVA (2011)	Políticas públicas; Atividades de lazer; Ação comunitária.	Ação / formação	Relato de experiência da metodologia da ação comunitária.	A importância da parceria do poder público com a comunidade, principalmente uma política de animação sociocultural capaz de ampliar os vínculos comunitários.
07	CONCEIÇÃO; ONOFRE (2013)	Lazer; Processos educativos; Adolescentes em privação de liberdade;	Atuação	Qualitativa, análise documental, observação, entrevistas e	O estudo evidencia a relevância da prática social do lazer como possibilidade objetiva de (re) inserção do jovem à vida cotidiana.

³ Trata-se de um caderno temático, com o registro de seis palestras proferidas em um encontro no SESC Santo André, em 2006. O material relaciona a animação sociocultural à Psicologia e à atuação de psicólogos em espaços coletivos e/ou públicos de reflexão. Por uma questão estética e de espaço do quadro 1, os textos de Marisa Nogueira Greebe, Maria Belfore Wanderley e Victor Ventosa foram agrupados sob o codinome CONSELHO (2007), embora estejam referenciados separadamente ao final do estudo.

⁴ Lemos; Dantas e Chao (2009) são organizadores da obra “De portas abertas para o lazer”, que reúne oito projetos de outros autores, e que foram realizados em bairros com a participação das comunidades locais.

		Fundação Casa.		atividades de lazer.	
08	CORREIA (2013)	Não declarado	Ação, atuação e mediação	Interação, observação, entrevistas, análise documental.	Conhecimento adquirido na convivência com os idosos.
09	COSTA (2013)	Animação sociocultural, Mediação, Reeducação, Reintegração social.	Estratégias, técnicas e metodologia s da animação e da mediação sociocultural	Qualitativa apoiada nas técnicas analíticas de entrevistas, observação direta e análise documental.	Os indivíduos envolvidos consideram essas atividades como condutoras de alterações ao nível dos autoconceitos, dos valores pessoais e, das práticas sociais.
10	RODRIGO (2013)	Envelhecimento; Animação sociocultural e educativa; Qualidade de vida e bem-estar.	Atuação / ação / mediação	Qualitativa, observação, análise e atividades.	Desenvolvimento e aprofundamento de conhecimentos pessoais e profissionais sobre o público de idosos e sobre o papel do profissional de animação.
11	CAMPOS; COSTA (2014)	Animação de recreios; Educação não-formal; Animação sociocultural.	Formação / ação / atuação	Análise documental, observação direta, preparação das atividades.	Diminuição significativa, com cerca de menos de 50% de registros de violência e conflitos no recreio.
12	SILVA <i>et. al.</i> (2016)	Políticas públicas; Promoção da saúde; Atividades de lazer; Espaço público.	Ação / atuação / formação profissional.	Descritiva exploratória de abordagem qualitativa.	Os usuários usufruem dos espaços públicos de lazer, mesmo percebendo que tais espaços necessitam de melhorias no tocante à infraestrutura física e técnica.

Fonte: Autoria Própria

“Animação Sociocultural”: Análise e Discussão

Na intenção de contemplar o objetivo do trabalho, a análise e discussão perpassaram por evidenciar no material levantado: as possibilidades de “ação”, de “atuação” e o perfil do animador sociocultural existente no mercado de trabalho brasileiro, para profissionais da Educação Física.

Vale destacar que neste estudo, a possibilidade de “ação” do profissional é sugerida como a capacidade de executar atividades planejadas antecipadamente. Na filosofia (HOUAISS, *online*, 2001) é uma atividade prática, concreta que intervém no real em contraste com a passividade da atitude especulativa ou teórica. Realizando uma

analogia com o cinema e a televisão, o termo ação é um comando derradeiro do diretor ao elenco, o que determina o momento de início da filmagem de um plano, que terá um começo, meio e fim. Por esta perspectiva, a ação foi aqui considerada como um evento pontual, desenvolvido em um espaço e tempo previamente combinados, que envolve conhecimentos sobre metodologias de animação, técnicas e estratégias e recursos e equipamentos para a intervenção.

Já a abordagem para o termo “atuação” articula-se com a ideia de desempenho, ou seja, uma expansão do termo ação, anteriormente citado. No HOUAISS (*online*, 2001), a atuação é a manifestação da competência desejada ou observada de um indivíduo ou grupo na execução de uma ou mais tarefas, cujos resultados são posteriormente analisados com o objetivo de avaliar a necessidade de modificação ou aprimoramento das ações. O desempenho e a manifestação de competências envolvem atividades continuadas e prolongadas, que apresentam sucessões de estados intermediários de acertos e erros, que precisam de correção ou de novo direcionamento. Os ajustes perpassam pelos: recursos destinados a atuação do profissional; equipamentos disponíveis; ambiente e/ou espaços de atuação; conhecimento de metodologias de animação associada à apropriação de conhecimentos sobre o campo de atuação; as formações oferecidas na área; a apropriação de técnicas e estratégias específicas para lidar com grupos prolongadamente e outras variáveis, que extrapolam aquelas existentes em um evento pontual, por determinarem a permanência dos participantes dentro de intervenções de médio e longo prazos. Assim, diferentemente da ação, a atuação neste texto relaciona-se com evento processual.

Também a atuação profissional do animador cultural difere do recreacionismo, pois se pressupõe que na “animação cultural” sejam desenvolvidas metodologias,

técnicas e estratégias a partir de análises das trocas sociais e culturais ocorridas em várias intervenções. Parte-se do princípio que ações pontuais têm alcance, amplitude e efeito diferentes das ações continuadas em processos que visam desencadear transformações sejam individuais ou coletivas.

Elencadas as perspectivas anteriores, Trilla (2004), pesquisador espanhol, traz para o conceito de “animação sociocultural” a possibilidade de potencializá-lo, torná-lo enérgico, de forma a incentivar ou vivificar as atividades com o conceito de dinamização (HOUAISS, *online*, 2001). Para ele, “[...] animar, se parte do zero, ao passo que, em dinamizar, se trata de acelerar ou *activar* qualquer coisa que já existe ou é incipiente” (TRILLA, 2004, p. 24).

Por este viés, o animador sociocultural pode tornar-se um profissional dinamizador, capaz de provocar por meio de técnicas interrelacionais (que envolvem sensibilização, estabelecimento de vínculo, diálogo e mediação), a criação de maiores graus de autonomia a partir da troca de experiências. Esse processo exige um período de tempo mais prolongado de atuação, do que aquele contido em eventos pontuais, como em ações recreativas. Elucidadas as categorias de análise, estas se encontram a seguir.

As Ações do Animador Sociocultural: Um Paralelo Entre os Estudos Apresentados e sua Caracterização como Evento Pontual

É possível destacar nos textos compilados (CONSELHO, 2007; LEMOS; DANTAS; CHAO, 2009; SANTOS, 2009; MACHADO, 2011; CORREIA, 2013), a menção dos espaços para as ações e sua classificação como: formais (ou escolares); não-formais (espaços com uma sistemática de ensino e intencionalidade próprios) e informais (não-intencionais). No coletivo de autores da obra Conselho de Psicologia

(2007), encontram-se exemplificações do uso diferenciado desses espaços para a animação sociocultural; dentre eles Greebe (2007), que menciona no capítulo de sua autoria, a iniciativa do psicodrama público. Este tipo de ação pode ser realizada por meio de evento temático ocorrendo em vários pontos de uma cidade simultaneamente (em praças, jardins, salões, auditórios etc.); no qual técnicas de dramatização e encenação são aplicadas com um público, previamente convidado ou arregimentado no momento, com o intuito de atingir objetivos diversos (aprendizagem, exercício de cidadania, divulgação, pesquisa, entre outros).

Machado (2011) e Correia (2013) desmistificam instituições tradicionalmente consideradas como de guarda e conservação, como espaços para eventos específicos de animação sociocultural. Em seu artigo “Museus e seus vizinhos: redesenhando limites citadinos”, Machado (2011) coloca em discussão os dois tipos de protagonismo: o individual (aquele em que o “ser humano” é considerado como protagonista capaz de agir e transformar a sua realidade) e o coletivo, ou como a autora sugere de “contexto social” (perspectiva que respeita o meio social, no qual o(s) ser(es) humano(s) vive(m) e interage(m), de forma a lidar ou transformar em parceria, este contexto complexo e evolutivo). A partir da identificação das expectativas do público e das condições que tem para desenvolver a ação; o animador pode optar pelo enfoque individualizado ou pelo social, sem que se frustrate em um evento pontual, com resultados que somente podem ser desencadeados com ações mais duradouras.

Já Correia (2013) ressalta o sentido alongado de educação que museus e centros de ciências podem proporcionar, ao oferecerem atividades interativas e participativas aos visitantes e/ou frequentadores, diferenciando-os da perspectiva anterior de locais de acúmulo. Neste não há troca, apenas ações pontuais e passivas.

Reforça o cuidado que o profissional da animação deve ter quanto às demandas do público e suas condições de atendê-las. Santos (2009) e Silva *et al.* (2016) lembram da premência do profissional animador em entender a intenção de sua ação sociocultural e os objetivos almejados; de conhecer o contexto no qual a ação será trabalhada, as metodologias e os recursos requeridos e disponibilizados para que esta seja organizada, executada, concluída e avaliada. Critérios que quando não observados podem comprometer toda uma ação pontual, o que pode redundar em um atendimento inadequado e em críticas negativas sobre a animação realizada.

Dependendo do local onde será desenvolvido o trabalho e das intencionalidades da animação sociocultural, Costa (2013) sugere ações em duas vertentes: a lúdica, que envolve a apropriação de atividades recreativas; e a didático-pedagógica, pela relevância de se conciliar intervenções que acompanhem o currículo escolar e, com isso, possibilitem um enriquecimento do programa a ser cumprido.

Em relação às metodologias empregadas em ações pontuais, relevante retomar o que Dumazedier (1979), enuncia como conteúdos do lazer; sua classificação denota os vários interesses de uma pessoa, as predominâncias dos gostos pessoais e as escolhas subjetivas, e que podem tornar-se conteúdos das atividades recreativas ou didático-pedagógicas, levantadas por Costa (2013).

Quanto aos conteúdos, Marcellino (1996) afirma que a classificação mais aceita, diferencia-os em seis áreas de interesse, dentre eles: o artístico (de conteúdo estético está relacionado ao imaginário, ao imagético, as emoções e aos sentimentos); o intelectual (busca informações objetivas, reais e racionais, conhecimento prático e experimentado); o manual (refere-se à capacidade de transformar objetos e materiais com as mãos, seja pelo artesanato, jardinagem ou trato de animais); o social (interesse

pelo contato dialógico, o relacionamento e o convívio); o turístico (para as pessoas que preferem o contato com novas situações, paisagens, e culturas, na intenção de romper com a rotina) e por fim o interesse por práticas físicas e esportivas (das ginásticas às pescarias). Os interesses virtuais foram acrescentados posteriormente e se relacionam ao usufruto das redes sociais, jogos virtuais entre outros entretenimentos propiciados pelos meios digitais (SCHWARTZ, 2003, 2004; SCHWARTZ e MOREIRA, 2007).

Para Marcellino (1996), a diversificação de interesses deve ser estimulada; pois o que se verifica é uma restrição a um campo específico de interesses, não somente por opção; mas por desconhecimento das pessoas pela variedade; o que deve ser incentivado dentro da animação sociocultural.

Opondo-se às possibilidades de escolhas, o estudo de Conceição e Onofre (2013) sobre o cotidiano de adolescentes na Fundação Casa com privação de liberdade; mostra que o lazer é tanto fator de formação social como em qualquer outro contexto, como também é controle da massa encarcerada. Embora aparentemente privados dos conteúdos tradicionais apontados em Marcellino (1996); e limitados no acesso aos interesses manuais e físicos disponibilizados na Fundação para os que obedecem as regras; os jovens são capazes de burlá-las, subvertendo-as, ao participarem de jogos ilícitos, assistirem canais não autorizados na TV, entre outros “feitos”; o que para eles é considerado lazer e tem grande importância na cultura dos internos.

Também o diálogo aparece como importante estratégia de ação da “animação cultural”. Para Melo (2004, 2006b) o diálogo não pode ser neutro, já que evidencia características substanciais sobre as intencionalidades da “animação cultural”. Assim, o diálogo estabelecido do animador com os participantes deve perpassar pela realidade determinada pelo coletivo, porém sob a forma de novos olhares. Somente assim haverá

a possibilidade de alguma transformação na vida dos envolvidos, seja no social, cultural ou mesmo no pessoal. Todavia as ações da “animação sociocultural” devem se direcionadas a “[...] dar espaço para as diferentes apreensões, considerando melhor o indivíduo, suas instabilidades e escolhas, nunca partindo da reificação do coletivo ou de uma objetividade somente declarada, nunca alcançável” (MELO, 2006b, p.63).

Pinto e Zingoni (1997) denotam a relevância de se considerar as pretensões individuais e coletivas que aparecem nos diálogos dos animadores culturais e que podem impulsionar apreensões na realização das atividades de lazer. Nesse sentido, também para as autoras, o diálogo é a base para identificar e analisar as problemáticas que surgem na prática, possibilitando um levantamento prévio que desvele valores, conceitos, significações, hábitos, memórias lúdicas, mudanças culturais, culturas familiares, condições de habitar, de organizar e animar espaços e, também na estruturação, no que concerne aos recursos e possibilidades. Para isso, as estudiosas sugerem um planejamento participativo, no qual os indivíduos são considerados coautores no processo de construção e estruturação das ações.

Ainda dentro das estratégias de ações da “animação cultural”, outro item que é mencionado na literatura da área e se adequa ao uso em ações pontuais é a sensibilização. Por esta perspectiva, Melo (2004, 2006b) ressalta que também o papel do animador é de ser um estimulador de novas experiências estéticas, promovendo uma educação das sensibilidades. O mesmo autor aponta outra nuance da animação sociocultural, a educação pelos valores, que podem aparecer durante as atividades do âmbito da “animação cultural” por meio de atividades físicas e esportivas, “[...] enfim, mais do que compreender que devemos educar pelo esporte para o desenvolvimento de

novos valores, é importante também educar pelo esporte para o desenvolvimento de novos olhares, novas sensações” (MELO, 2006b, p. 122).

Partindo para um plano concreto, cabe mencionar os recursos financeiros, materiais e equipamentos como outros elementos de análise em eventos pontuais. Para Jacob (2007), essa é uma condição *sinequanon*, a de “se ter meios” para que as ações sejam efetivadas. No entanto, não há consenso entre os teóricos quanto à inviabilização da “animação sociocultural” frente à ausência desses meios:

[...] o animador sociocultural deve apresentar as possibilidades, [...] não se restringindo apenas à utilização de equipamentos, que por vezes, encontra-se apenas na esfera privada. Nesse sentido, o agente cultural será orientador dos cidadãos, para que, além de reivindicarem a manutenção da qualidade, tenham também uma participação ativa no controle do uso dos equipamentos públicos (CONCEIÇÃO; ONOFRE, 2013, p. 576).

Em relação aos recursos, materiais e equipamentos que viabilizam a ação de “animação cultural”, Marcellino (2002) reitera a ideia de que a atividade de lazer é necessariamente improvisada, o que sugestiona a ausência de qualidade. Esse interdito por trás do discurso reflete no espaço, nos equipamentos, nos materiais e nos recursos financeiros e humanos disponíveis ao animador, assim como sua valorização ou desvalorização profissional no mercado de trabalho.

A Atuação do Animador Sociocultural como Possibilidade de Transformação Social Resultante de Eventos Processuais

Na Europa, os animadores socioculturais atuam com diversas faixas etárias (crianças, jovens, adultos e idosos) e estão presentes em vários ambientes e espaços com diversificadas finalidades: dos contextos de entretenimento hedônico, comemorativo, publicitário e comercial (eventos pontuais de vários portes e diversificadas intenções

como festas, feiras, salões, congressos, convenções etc.); aos locais de recreação (eventos pontuais destinados a atender escolas, instituições educacionais, organizações não governamentais/ONGs, clubes, hotéis, acampamentos, *Salus per aquam*/SPA, onde são oferecidos tratamentos de saúde, beleza e bem-estar, agências e operadoras de turismo e outros espaços comunitários); aos territórios de ensino formal (escolas, instituições educacionais); aos espaços de ensino não formal (escolas, instituições educacionais, ONGs, clubes, igrejas, centros de cultura, museus e outros espaços comunitários nos quais são desenvolvidos projetos sociais) e aqueles de ensino informal (locais destinados pelas repartições das prefeituras que respondem pelas pastas cultura, esporte, lazer e turismo nos municípios). Os ambientes informais, com seus espaços e tempos que envolvem o desenvolvimento do ser humano, podem ser fomentados dentro dos próprios municípios. Essa última afirmação remete ao *Pacto Cidades Educadoras* criado em 1990, no Congresso Internacional de Cidades Educadoras realizado em Barcelona e, que em 2014 abrangeu 482 cidades em 36 países, incluindo o Brasil.

Mesmo que Greeb (2007) tenha assinalado a iniciativa do projeto “Psicodrama da Cidade”, ocorrido em São Paulo em 21 de março de 2001; e que desencadeou ações pontuais semelhantes em outros municípios; este ainda não pode ser visto como um evento processual, que possibilita mudanças como o projeto das cidades educadoras; mas trata-se de um começo. Diferentemente dessa ação voltada a um município tem-se o relato de experiência de Stoppa; Marcellino e Silva (2011) a partir da parceria entre a Secretaria de Esportes e Lazer da Prefeitura de Sorocaba, SP e a comunidade, por meio da Associação de Moradores do Bairro Parque São Bento durante o ano de 2009. Neste trabalho é apresentado o projeto de ação comunitária:

A ação comunitária é entendida, operacionalmente, como um trabalho socioeducativo que consiste numa intervenção deliberada em

determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a tentativa de realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo (REQUIXA, 1973, p.15).

Vale retomar as três etapas propostas por Marcellino (2007) como metodologia de ação comunitária: “Deflagração propriamente dita” (ação que provoca comoção ou sensibilização, momento de assiduidade do profissional no planejamento, na análise do contexto, no levantamento de tudo que é substancial para o desenvolvimento da ação, seleção e definição de como utilizar cada ponto analisado, no que concerne aos recursos, espaços e atividades, por fim, a realização de uma atividade provocadora ou impactante que possa de imediato conquistar os envolvidos e assegurar o andamento da ação); “avaliação dos resultados da ação” (período de carência, no qual são avaliados os objetivos, mencionados no projeto e, normalmente, seguido por um profissional e resultados reflexos, não mencionados no projeto e sem a necessidade de acompanhamento, são adquiridos pelos indivíduos e grupos) e “continuidade da ação” (período de acumulação de informações, na retomada do processo é necessário o acompanhamento direto do profissional para que haja aperfeiçoamentos e, com isso, proporcionar a autonomia).

Na prática, a deflagração do projeto na comunidade do Parque São Bento (STOPPA; MARCELLINO; SILVA, 2011) perpassou por uma sensibilização que não foi imediata, mas conquistada com o tempo e com a atuação dos animadores socioculturais. Concomitantemente foi realizada uma capacitação para aprimoramento dos que estavam trabalhando como animadores e a execução do projeto com sua avaliação pelos envolvidos da comunidade. No relato da experiência houve um

momento de reflexão e avaliação dos resultados do processo com a elaboração de uma proposta de continuidade, no que Marcellino (2007) denomina de período de carência. Mesmo que o projeto tenha sido restrito a um bairro do município, o tempo decorrido e as ações processuais possibilitam sua inserção como exemplo da atuação de profissionais da animação sociocultural.

Do Quadro 1 ressalta-se Wanderley (2007), autora do coletivo (CONSELHO, 2007) e Oliveira e Dantas (2009) da obra organizada por Lemos; Dantas e Chão (2009). Wanderley (2007) e Oliveira e Dantas(2009) evidenciaram a presença de animadores socioculturais em espaços que abrigam projetos de terceiro setor; conselhos paritários (de saúde, assistência social, educação etc) e locais onde ocorrem: atividades de resgate de memória, cultura popular, diálogo inter-religioso; de educação popular e meditação coletiva.

A possibilidade de atuação é variada segundo Wanderley (2007), os animadores socioculturais estão presentes em muitas das áreas da vida social, cultural; de lazer, de turismo e de esportes; assim como em espaços de educação e de formação. E nesses espaços comunitários, dando apoio continuado às comunidades locais é que se torna perceptível, o impacto benéfico dessas iniciativas na população. Oliveira e Dantas (2009, p.27) reforçam a premissa de que: “o lazer como direito social é estudado por nós como meio para o alcance da cidadania”; ao referirem-se a um dos projetos de bairro realizados em Campo Grande, PB com o apoio dos moradores.

Desmistificando os museus somente como espaços de eventos pontuais, Machado (2011) revela que com planejamentos parceiros entre escolas e museus é possível em momentos do ano letivo uma interlocução complementar nas aprendizagens curriculares. Embora território organizado, também o museu como contexto não formal,

permite outras abordagens flexíveis de conhecimento. E como contexto informal, o museu possibilita aos participantes entregarem-se de livre e espontânea vontade, em atividades que envolvem não somente o lúdico e o hedônico, mas o acesso a conhecimentos variados.

Correia (2013) distingue na animação sociocultural o que é educativo do que é escolar. Para a teórica muitas vezes aprende-se sem ser ensinado, como é o caso de contextos não formais e informais como os centros de ciência, as bibliotecas, os museus entre outros.

Correia (2013), Campos (2011) e Santos (2009) destacam a importância da vertente socioeducativa na animação sociocultural. As duas primeiras autoras referindo-se à perspectiva de formação profissional e a última expandindo as discussões sobre os espaços de atuação não formal calcados nas competências e criatividade do animador sociocultural.

Correia (2013) estagia em uma instituição de idosos, e nesta percebe técnicas relacionais que são utilizadas na enfermagem como acolhimento, vínculo, mediação, entre outras. A respeito do vínculo; Campos (2011) salienta a importância do seu estabelecimento entre os animadores e os alunos do projeto investigado. Neste, ela observa que os animadores pela sua condição de figuras de apoio, adultos presentes e confiáveis como confidentes passam a ser considerados pertencentes à escola, e a escola um espaço de pertença dos alunos. A criação de vínculo e de pertencimento associados a ideia de permanência remetem a necessidade de outros estudos, que não são objetivo deste trabalho.

De acordo com Santos (2009), a demanda dos contextos não formais ocasiona uma relação cultural e linguística de caráter lúdico, criativo e participativo entre

animador e seu público; bem como edifica o conceito de educação permanente, enquanto processo que ultrapassa as barreiras limitantes das escolas, transpondo o espaço educativo para novas possibilidades de ambientes, que nem sempre são percebidos como educativos (praças, ruas ou mesmo pontos turísticos ou não de uma cidade e que podem ser integrados a um roteiro, pela criatividade do animador sociocultural).

Reafirma o mérito da criatividade do animador sociocultural e suas competências em gerir projetos que envolvem um tempo mais prolongado; os projetos em comunidades apresentados em Lemos; Dantas e Chao (2009). Na obra coletiva desses autores são mostradas especialmente as ruas e praças, muitas vezes acumulando lixo e sofrendo descaso do poder público; e que com as atividades de um projeto de animação voltam a ser valorizados e passam a ser cuidados na medida do possível pela população de seu entorno; o que reverte em socialização, sensação de segurança e pertencimento; enfim algum tipo de transformação local. Outro caso é apresentado em Silva *et al.* (2016) referindo-se a dois espaços públicos de lazer em Recife: o Calçadão e o Parque da Jaqueira. Os participantes de atividades de lazer percebem que estes necessitam de melhorias, e a insatisfação com a ausência de programas de esporte e lazer, assim como com o estacionamento desses locais, faz com que sejam desmotivados a esse tipo de vivência. O estudo desencadeia reflexões que vão além da atuação do animador sociocultural. O lazer é um direito do cidadão, porém um direito de papel, que não atende a população brasileira de fato. Para tanto mudanças são necessárias, realizadas em paralelo as individuais e às coletivas e que não dependem somente do animador sociocultural.

Aprofundando-se na questão da competência em se utilizar técnicas e estratégias, Rodrigo (2013) aponta a relevância da atuação consciente do animador, tanto em relação ao conhecimento do campo, como da mediação de um repertório de estratégias para dar fôlego às intervenções de tempo prolongado. Para tanto, sugere a perspectiva de “mediação social” e de “mediação comunitária” referenciada por Élise Lemaire e Jean Poitras (2004). Segundo os autores franceses, o propósito da “mediação social” é a socialização e/ou ressocialização; dessa forma, possibilitando que o sujeito participante seja incluído na vida social. Já a estratégia de “mediação comunitária” é aquela que estimula a participação ativa dos indivíduos na solução de conflitos, contribuindo na autonomia e na solução dos problemas coletivos. Dessa forma, cabe ao animador sociocultural, o papel de interlocução com a sociedade.

Ainda esmiuçando a mediação em eventos processuais, existe um consenso entre pesquisadores (SANTOS, 2009; MACHADO, 2011; COSTA, 2013; CORREIA, 2013) de que esta técnica pode ser um diferencial para que o animador cumpra seu papel de transformador da vida social, dentro de uma determinada realidade. De acordo com Machado (2011, p.38) esse é um caminho bidirecional, ou seja: “[...] a Mediação deve prevalecer, nas práticas de Animação Sociocultural e a Animação Sociocultural nas práticas de Mediação”.

Já Correia (2013, p.79) referendando o trabalho de mediação de uma instituição de apoio a idosos denominada “Centro de Dia” (estabelecimentos existentes em Portugal que funcionam neste período, prestando serviços que auxiliam a manutenção de idosos junto ao seu meio social e familiar); vê a mediação como “a melhor resolução de conflitos” para tornar possível o estabelecimento ou reestabelecimento em relações

fragilizadas ou deterioradas. O mediador é a terceira pessoa, polivalente, que constrói no caso dos idosos estudados, a ponte com a sociedade.

Pensando nesta mesma circularidade e trazendo para a discussão a dinamização de Trilla (2004), supõem-se que o conjunto formado por competências profissionais, apropriação do campo de atuação e utilização de técnicas e estratégias relacionais (mediação, diálogo, sensibilização) tornem a animação um processo de dinamização de qualidades incipientes pré-existentes nos participantes envolvidos e o animador um dinamizador.

Reforça o caráter de dinamizador, Torremorell (2008) ao relatar a necessidade de que o animador saiba atuar nas seguintes dimensões “intrapessoal”, “interpessoal”, “intragrupal”, “intergrupal” e “social”. Na “intrapessoal”, o profissional da “animação sociocultural” pode proporcionar ao participante, alguns momentos de reflexão e análise sobre si próprio, com certa imparcialidade. A condução do animador na dimensão “interpessoal” remete à possibilidade de que dentro de uma sequência de atividades socioculturais, ele leve o participante a passar por um processo de aceitação do outro e de si mesmo. Quanto à técnica “intragrupal”, a animação pode propiciar enfrentamentos de problemas, discussões e resoluções harmônicas pelo coletivo. Em relação à técnica “intergrupal” realizada em dinâmicas com uma diversidade de grupos; a “animação sociocultural” permite a percepção de que os conflitos não são apenas entre grupos, mas de todos que pertencem a um determinado contexto. Por fim, a “social” representa a dimensão de atuação que auxilia o animador no tocante aos conhecimentos sobre a cultura de um grupo, a compreensão das diferenças e com isso; o animador pode questionar os modos de pensar do grupo, modificando-os e/ou transformando-os.

Apropriando-se dessas técnicas e estratégias, pode-se inferir que o profissional consiga aprimorar tanto suas ações pontuais como aquelas voltadas aos processos desencadeadores de transformação individual ou mesmo de grupos. Isso reforça o conceito de Trilla (2004) sobre dinamização, na qual o animador tem recursos para ativar as latências que já existem nos envolvidos com as dinâmicas propostas.

Perfil do Animador Sociocultural, Formação e o Mercado de Trabalho

Saber como desencadear a participação do coletivo na “animação sociocultural” é um elemento valioso e desejável no perfil do animador sociocultural. Um dos palestrantes e autor de capítulo da obra coletiva Conselho (2007), Victor Ventosa (2007, p. 35) afirma que a participação coletiva somente é aprendida quando estimulada, um benefício de mão dupla, para os que instigam e para aqueles que a relatam. O mesmo autor apresenta duas dimensões da animação: a “instrumental” (na qual a participação social está relacionada a sua finalidade) e a “dimensão finalista” (cujo foco é envolver-se em “algo digno de apreço”).

Dessa forma, o animador deve ser talhado como um grande incentivador do desenvolvimento humano, a fim de incitar a participação individual e do grupo na resolução de problemas e simultaneamente possibilitar por meio da participação, o bem-estar social (LOPES, 2008). Para tal, deve deter o conhecimento do “saber-fazer” e desenvolver seu trabalho de forma íntegra e comprometida com os envolvidos.

Concorda Jacob (2007) com alguns dos pontos explicitados por Lopes (2008), ao descrever as três condições do profissional competente em “animação sociocultural”: (“do saber”, “da vontade”, “condição proativa de buscar meios”). A “do saber” (ou seja, o profissional requerido deve possuir conhecimentos necessários para atuar no campo);

a “da vontade” (condição que faz desse sujeito alguém disposto a ensinar e aprender, sendo flexível na mediação e resolução das problemáticas possíveis durante uma intervenção de curto, médio e longo prazos) e a “condição proativa de buscar meios” (recursos humanos, materiais e financeiros para desenvolvimento das atividades).

Quanto à construção de um perfil hipotético de animador sociocultural, colabora Larrazábal (2004) e Correia (2013) mencionando os três estilos: o “animador autoritário” que impõe seus caprichos e suas maneiras, fazendo assim com que todos saibam que ele é quem manda; o “animador permissivo” é aquele com autoridade questionável ou sem autoridade, e que deixa todos à vontade e somente intervém quando é solicitado; e finalmente o “animador democrático”, aquele que respeita a especificidade dos indivíduos, considerando-os aptos para discussão e resolução de contratempos e conveniências. Para Correia (2013), o animador democrático é consciente que seu trabalho envolve lidar com as individualidades das pessoas, assim como de reconhecer suas próprias dificuldades e necessidades; dispendo-se a ajudar e solucionando problemas, por meio de estímulo à participação ativa.

No Brasil, estabelecer um perfil para o animador cultural também significa esbarrar em um campo em constituição com disputas em andamento. Alguns teóricos incorporam ao recreador, a possibilidade de que realize transformações sociais, enquanto outros discutem acirradamente esse viés.

Garcia (1995) alcunha o profissional de recreação como militante cultural. O termo apresenta-se genérico, por abranger os diferentes profissionais do tempo livre, como também os que dedicam informalmente e espontaneamente à ação cultural, sem fazer disso uma profissão. Em suma, para o autor, o militante cultural é todo

profissional envolvido em ações culturais realizadas no tempo livre dos indivíduos; seja na geração de bens culturais, como na apreensão deles.

Já outros brasileiros como Cavallari e Zacharias (2007) mencionam que os chamados recreacionistas estão comprometidos somente com esta ação, todavia são a eles atribuídas funções diferentes, como: animadores, supervisores ou técnicos em recreação. Sobre as funções possíveis de um animador esclarece Santos (2009) elencando-as: “função de adaptação e de integração” (é o momento de conhecer e/ou reconhecer o espaço e os indivíduos a serem pesquisados e, início do processo para construir uma relação de proximidade); a “função recreativa” (incorpora atividades recreativas ao tempo de lazer); a “função educativa” (entendida como escola que faz um paralelo entre formações anteriores e interesses culturais específicos); a “função ortopédica” (contribui na regulação da existência social) e, por fim, a “função crítica” (propicia raciocínio crítico e desenvolvimento da autonomia).

Agrega outras características sobre a função do animador sociocultural, Melo (2006b), tais como a cautela em lidar com o coletivo, e estar atento aos sinais que indicam possíveis contratempos no trato com o público. Para ele, o perfil ideal é de:

[...] alguém que, em um processo de mediação e diálogo, pretende apresentar e discutir novas linguagens; um profissional que educa ao incomodar e informar sobre as possibilidades de melhor servir, acessar e produzir diferentes olhares. [...] não se trata de catequização, mas de um processo de estimulação de oportunidades de experiências (MELO, 2006b, p. 60-61).

Embora haja consonância entre alguns pontos sobre o perfil do animador sociocultural, as divergências entre os pesquisadores do quadro 1 e outros teóricos, aparecem no momento em que as questões de formação e valorização do profissional no mercado de trabalho são colocadas à frente das vicissitudes para a realização do

processo de transformação social, o que revela a distinção de enfoques e abordagens existentes entre o Brasil e a Europa.

Entre as décadas de 1960 e 1970 houve a inserção da recreação como conteúdo da Educação Física escolarizada apontando um avanço nas discussões sobre Educação para o lazer, apesar de terem “[...] sido comuns as críticas à concepção tradicional de *recreação*” (MELO, 2006b, p. 56).

A ideia de educação para o lazer aparece em documentos normativos da Educação Física escolarizada, como no Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) nº 371 de 1963, revelando que a Educação Física na época prática educativa, era importante elemento de formação para o lazer (SÃO PAULO, 1985, p. 248):

Práticas educativas, elemento de formação para o lazer

A medida que cresce a automação, na indústria como nos utensílios domésticos, diminuem as horas de trabalho e, conseqüentemente, são maiores os períodos de repouso. Uma das maiores questões sociais de nossos dias é esta: como empregar este tempo? “A única resposta possível é que às duas categorias de trabalho e recreação, (ou descanso) deve ser acrescentada uma terceira, a do lazer [...]”

Posteriormente Melo (2006b, p. 56) relata que:

A partir da década de 1980, inserido no contexto de reavaliação das instituições brasileiras, típico daquele período pós-ditadura, no Brasil tornou-se mais comum o esforço de repensar o papel tradicionalmente ocupado pelo profissional de lazer. Crescentemente, ainda mais no âmbito dos discursos e menos no das formações profissionais e dos fóruns de atuação.

Na perspectiva do desenvolvimento de uma cultura que considere o tempo livre, Melo (2006b) sugere que o animador cultural seja metuculoso na compreensão e na mediação da correlação educação e lazer. Como já citado essa relação entre variáveis é histórica e inicia-se na escola no ensino básico. A “educação **para** o lazer” é aquela na qual as pessoas devem ser educadas para apreensão das diversas probabilidades do

lazer, oportunizando entretenimento, prazer e “desaborrecimento” no ápice do não-trabalho. Já a “educação **pelo** lazer” representa uma divergência da correlação anterior. Na educação pelo lazer, os participantes devem usufruir dos momentos de lazer como forma de corroborar o processo de aprendizagem.

Para Melo (2006b), o animador no contexto da “educação **pelo** lazer” corre o risco de confundir sua mediação com intervenção pedagógica ou escolar de caráter autoritário, o que o faz desvincular-se da especificidade do lazer. De forma clara e direta, o autor sugere a “animação cultural”:

[...] como uma tecnologia educacional (uma proposta de intervenção pedagógica) pautada na idéia radical de mediação (que nunca deve significar imposição), que busca permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais[...] (MELO, 2006b, p. 28).

Pinto (2008) enuncia que para proporcionar uma educação perspicaz **para e pelo** o lazer, é substancial considerar nas ações, todos os pontos inerentes aos participantes, sejam eles de natureza cultural ou social. Nessa perspectiva a autora conclui que educar **para e pelo** lazer é constituir elos entre as experiências e as atividades trazidas pelo animador, anseios e necessidades, o concreto e o abstrato, envolvendo os indivíduos nas ações.

Em relação à formação, segundo Melo (2004), três modelos de animação sociocultural, que existem até a atualidade, foram propostos inicialmente por Pierre Besnard em 1991, seguido por José Antonio Caride Gómez em 1997. Esse último aponta a existência do “modelo tecnológico”, que se refere aos métodos técnicos nos quais o animador controla o que julga necessário para seu público. São os “recreadores tradicionais” que detém toda a responsabilidade em descrever e prescrever ações. Tratam a realidade como genérica e o grupo como homogêneo. Um segundo modelo é o

“interpretativo”, no qual o animador sociocultural é um formador, e utiliza-se das experiências advindas do convívio social. Acredita que educando as subjetividades dos indivíduos participantes, a coletividade será alterada; o que é um engano, pois para que as ações permaneçam, há necessidade que sejam construídas no coletivo. Por fim, no “modelo dialético”, o indivíduo participa ativamente da tomada das principais decisões diante de uma realidade complexa e historicamente construída. Nesse modelo, o profissional gera propostas em conjunto com o grupo utilizando-se de estratégias de mediação para que o grupo amplie sua compreensão e vivências culturais, pressupondo que essas ações possam resultar em emancipação coletiva.

Do ponto de vista prático sobre o melhor modelo para abordagem de idosos por animadores socioculturais em uma instituição; Correia (2013, p.65) observou que embora o modelo dialético permita a mediação e a possível interação com o conflito, “combatendo-o, negociando ou redefinindo o problema”, ela verificou outra forma de lidar com ele, mais adequada. Nesta faixa etária ignorar o conflito, tornando-o um falso consenso, é mais saudável quando se trabalha com idosos.

A correlação educação e lazer é retomada no ensino superior em disciplinas existentes nas graduações de Educação Física, Artes, Pedagogia, Turismo, Serviço Social e outros cursos superiores que abordam Cultura e História. Diferentemente da Europa, como no caso de Portugal que existe graduação em “animação sociocultural” na área da Educação; no Brasil não há formação específica para o animador, o que compromete seu reconhecimento como profissional.

Especificamente no caso do animador cultural na Educação Física (campo de origem e desenvolvimento deste estudo), o Estatuto do Conselho Federal de Educação Física (CONFEF/CREF) classifica o profissional da área como sendo:

[...] especialista em atividades físicas, nas suas diversas manifestações - ginásticas, exercícios físicos, desportos, jogos, lutas, capoeira, artes marciais, danças, atividades rítmicas, expressivas e acrobáticas, musculação, lazer, recreação, reabilitação, ergonomia, relaxamento corporal, ioga, exercícios compensatórios à atividade laboral e do cotidiano e outras práticas corporais, sendo da sua competência prestar serviços que favoreçam o desenvolvimento da educação e da saúde, contribuindo para a capacitação e/ou restabelecimento de níveis adequados de desempenho e condicionamento fisiocorporal dos seus beneficiários (CONSELHO, 2010, art. 9º, cap. II).

Analisando o excerto, são elencadas várias designações que remetem aos interesses do lazer de Dumazedier (1974), com atividades passíveis de serem desenvolvidas pelos profissionais da área, sendo que a menção de atividades de lazer e de recreação indica uma possível interlocução entre a Educação Física e a “animação cultural”.

Embora o termo animador cultural não esteja presente nos documentos do CONFEF/CREF (CONSELHO, 2010), o artigo 10º, cap. II aponta que o profissional de Educação Física pode intervir no desenvolvimento do indivíduo, principalmente no que diz respeito à formação cultural:

[...] segundo propósitos de prevenção, promoção, proteção, manutenção e reabilitação da saúde, da formação cultural e da reeducação motora, do rendimento físico-esportivo, do lazer e da gestão de empreendimentos relacionados às atividades físicas, recreativas e esportivas.

Neste contexto, o lazer, a formação cultural e a gestão de eventos específicos da área também podem ser considerados como contribuições da “animação cultural” a Educação Física.

[...] consecução do bem-estar e da qualidade de vida, da consciência, da expressão e estética do movimento, da prevenção de doenças, de acidentes, de problemas posturais, da compensação de distúrbios funcionais, contribuindo ainda, para consecução da autonomia, da auto-estima, da cooperação, da solidariedade, da integração, da

cidadania, das relações sociais e a preservação do meio ambiente, observados os preceitos de responsabilidade, segurança, qualidade técnica e ética no atendimento individual e coletivo (CONSELHO, 2010 art. 9º, cap. II).

Apesar de existirem concursos públicos municipais e institucionais como alguns realizados pelo Serviço Social do Comércio (SESC, 2013; 2016), a faixa salarial inicial do animador cultural e monitor de esportes em setembro de 2018 remonta a R\$ 6.094,00, e o de animador sociocultural, R\$ 8.203,00, como postado no Transparência SESC (2018). No caso da Educação Física, esporte ou mesmo atividades físicas existem algumas exigências, como o registro do profissional da área no Conselho Regional de Educação Física (CREF). Embora em algumas situações o profissional seja valorizado como no caso dos concursos, o mercado não acompanha esse patamar salarial oferecendo baixa remuneração e até tratando o animador como um voluntário.

Considerações Finais

Esta pesquisa aprofundou teoricamente a concepção sobre o animador sociocultural a partir de uma revisão. Como demonstrado no estudo, existem diversas significações e designações para o termo “animação”, bem como ao referendar os profissionais desse âmbito, devido à ambivalência entre os conceitos “animação cultural” e “recreação”.

Moldado pelo percurso histórico, a expressão “animação sociocultural” tem sido sugerida como estratégia de intervenção que visa a socialização e/ou ressocialização e, em uma visão mais ampla o profissional de “animação sociocultural” passa a ser o responsável por fomentar a transformação da realidade social e cultural dos envolvidos.

No Brasil é comum encontrar muitos profissionais perspicazes e envolvidos profissionalmente que atuam na recreação, mas que, muitas vezes, em suas práticas trabalham na perspectiva da “animação cultural”. Embora não estejam cientes e desconheçam essa prática na sua atuação, estão conscientes que proporcionam modificações na vida dos envolvidos. Nesse sentido é substancial a formação desses profissionais, tanto acadêmica, como técnica, ou mesmo, em cursos de capacitação para que possam converter sua atuação em mediação consciente e serem capazes de proporcionar o principal foco da “animação cultural” que relaciona autonomia, protagonismo, enfim o despertar do anima para as possibilidades de transformação pessoal e social.

Não basta o aprimoramento da formação do animador sociocultural. É imprescindível o debate aberto e o desenvolvimento de metodologias capazes de suprir o objetivo principal da “animação cultural”. Para tal atribuição é necessário que os profissionais e os pesquisadores estejam comprometidos com a construção de um arcabouço teórico eficaz e adequado. E que considere a realidade brasileira e o conjunto de experiências vivenciadas pelos profissionais em especial, àquelas que revertem em algum tipo de processo de transformação individual ou coletiva como apropriadas para serem perscrutadas como aprendizagens.

Desta revisão emergiram as categorias “ação” e “atuação” em termos de diversificação de públicos, de possibilidades de locais e espaços, de abordagens, metodologias, técnicas, estratégias, recursos, equipamentos, competências e criatividade, que compuseram um leque de possibilidades apresentadas àquele profissional que deseja seguir pela animação sociocultural.

Na contemporaneidade, o reconhecimento da “animação cultural” por instituições públicas como as secretarias municipais ou, privadas a exemplo do Sesc evidenciam uma significativa intenção na formalização da profissão; que principalmente pode ser observada quando são publicados editais de concurso que exigem determinada formação em nível superior aos candidatos à vaga de animador sociocultural.

No âmbito da animação voltada à Educação Física e aos esportes, as exigências são ampliadas. Este profissional deve conjugar habilidades em interesses diversos com a documentação do CONFEF/CREF requerida para tal designação.

Sendo assim, o trabalho delineou um perfil hipotético do profissional apontando pontos relevantes que devem servir como base neste trajeto de profissionalização.

Dentro do aspecto de constituição de um campo de trabalho, a “animação cultural” vem demonstrando uma profissão gradativamente promissora, na qual o salário é bem superior ao oferecido pelo mercado de trabalho. Todavia, os concursos existentes nem sempre representam a realidade dos municípios e do mercado nacional.

Todavia a busca pelo reconhecimento da “animação cultural” como formação e como campo de mediação dos profissionais de Educação Física é árdua, porém necessária para que os sujeitos transformadores ali forjados sejam capazes de significar e/ou ressignificar sua própria realidade e, desse modo, permitir que outros também a realizem esse processo interno, permitindo avanços no desenvolvimento de todos, como seres humanos.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. Tempo livre, Tempo de Anima. In: Américo Nunes Peres, LOPES, M.S. (coord.). **Animação, Cidadania e Participação**. Editor: Associação Portuguesa de Animação e Pedagogia (APAP), 2006.

CAMPBELL, R.J. **Dicionário de Psiquiatria**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

CAMPOS, J. Formação em animação sociocultural: contributos de projectos de investigação e intervenção em animação socioeducativa. Presidente Prudente: **Nuances**, v. 18, n. 19, p. 81-105, 2011. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.14572/nuances.v18i19.349>. Acesso em: 15 dez. 2016.

_____.; COSTA, S. Animação de recreios: projeto de intervenção em contexto escolar. **Revista Interações** n. 29, p. 95-119, 2014. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/3923>. Acesso em: 15 dez. 2016.

CAVALLARI, V. R.; ZACHARIAS, V. **Trabalhando com recreação**. 9. ed. São Paulo: Ícone, 2007.

CONCEIÇÃO, W.L.; ONOFRE, E.M.C. Adolescentes em privação de liberdade: as práticas de lazer e seus processos educativos. Colômbia: **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud**, v. 11, n. 2, p. 573-585, 2013. Disponível em: <https://revistaumanizales.cinde.org.co/index.php/RevistaLatinoamericana/article/view/936/443> . Acesso em: 15 dez. 2016.

CONSELHO Nacional de Educação Física. **Estatuto do Conselho Nacional de Educação Física (CONFEF)**. 2010. Disponível em: <https://www.confef.org.br/extra/conteudo/default.asp?id=471>. Acesso em: 20 jan. 2017.

CONSELHO Regional de Psicologia da 6ª Região. **Cidadania ativa na prática: contribuições da Psicologia e da Animação sociocultural / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRP 06**, 2007. Disponível em: <https://crpsp.org/fotos/pdf-2015-11-05-16-05-58.pdf>. Acesso de 17 out. 2018.

CORREIA, A.R.L. **A animação sociocultural e o trabalho com idosos: uma experiência num centro de dia**. 2013. 92 f. Tese (Mestrado) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/71269>. Acesso em: 15 dez. 2016.

COSTA, T.L.G.L. **A utilização de estratégias e metodologias da animação e da mediação sociocultural na reeducação e reintegração social de menores: o caso do centro de formação integral de Kalakala**, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/72211>. Acesso em: 15 dez. 2016.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva. 1979.

FOLHA DA TARDE – FT. **Dicionário Completo da Língua Portuguesa**. 3. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994, 1072 p.

GARCIA, E.B. Os Militantes Culturais. In: MARCELLINO, N.C. (Org.) **Lazer: formação e atualização profissional**. Campinas: Papirus, 1995. p. 23-53.

GREEB, M.N. Semeando uma política de grupos. In: CONSELHO Regional de Psicologia da 6ª Região. **Cidadania ativa na prática**: contribuições da Psicologia e da Animação sociocultural / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRP 06, 2007. p.19-20. Disponível em: <https://crpsp.org/fotos/pdf-2015-11-05-16-05-58.pdf>. Acesso de 17 out. 2018.

HOUAISS, *online*, 2001. Disponível em: <http://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v3-0/html/index.htm#6>. Acesso em: 10 jan. 2017.

JACOB, L. Animação de Idosos. **Cadernos Socialgest**. n. 4. 2007.

LARRAZÁBAL, M.S. A Figura e a Formação do Animador Sociocultural. In: TRILLA, J. **Animação Sociocultural**: Teorias, Programas e Âmbitos. Lisboa: Instituto Piaget. 2004. p. 123-134.

LEMAIRE, E.; POITRAS, J. La construction des rapports sociaux comme l'un des objectifs des dispositifs de médiation. **Esprit critique**: Revue internationale de sociologie et de sciences sociales. 2004. n. 06, n. 03. Disponível em: <https://espritcritique.uiz.ac.ma/0603/esp0603article02.html>. Acesso em: 06 fev. 2017.

LEMOS, E.M.B.C.; DANTAS, E.R.; CHAO, C.H.N. (Org.). **De portas abertas para o lazer**: a cultura lúdica nas comunidades de bairro. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), 2009. 184 p. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ggfc/b/pdf/lemos-9788578791223.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

LOPES, M.S. **Animação Sociocultural em Portugal**. Amarante: Ed. Intervenção. 2008.

MACHADO, C.D.G. **Museus e seus vizinhos**: redesenhando limites citadinos. 2011. 221 f. Tese (Mestrado) - Departamento de Ciências e Técnicas do Património, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/57424>. Acesso em: 15 dez. 2016.

MARCELLINO, N.C. **Pedagogia da Animação**. Campinas: Papyrus, 1989.

_____. **Estudos do lazer**: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

_____. (Org.) **Repertório de atividades de recreação e lazer**: para hotéis, acampamentos, clubes, prefeituras e outros. Campinas: Papyrus, 2002. 208 p.

MARCELLINO, N.C. A teoria sociológica da decisão e a ação comunitária como estratégias de planejamento de ação. In: MARCELLINO, N. C.; ZINGONI, P.; PINTO, L.M.S.M. (Org.). **Como fazer projetos de lazer**: Elaboração, execução e avaliação. Campinas: Papyrus, 2007. p. 83-170.

MELO, V.A. Animação cultural. In: GOMES, C.L. (Org.) **Dicionário crítico do lazer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. p.12-14.

_____. Animação cultural: um ponto de vista desde o Brasil, um ponto de vista desde a América Latina. **Revista Iberoamericana** vol.1, n.1, out. 2006a/fev. 2007. Disponível em: <https://www.lazer.eefd.ufrj.br/animadorsociocultural/pdf/ac101.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2017.

_____. **A animação cultural: conceitos e propostas**. Campinas: Papirus, 2006b, 144 p.

OLIVEIRA, N.S.; DANTAS, E.R. A cultura lúdica enquanto estratégia de sobrevivência e resistência no bairro de Bodocongó. In: LEMOS, E.M.B.C.; DANTAS, E.R.; CHAO, C.H.N. (Org.). **De portas abertas para o lazer: a cultura lúdica nas comunidades de bairro**. Campina Grande: Editora da Universidade Estadual da Paraíba (EDUEPB), 2009. p. 19-44. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/ggfcfb/pdf/lemos-9788578791223.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

PINTO, L.M.S.M. Estado e sociedade na construção de inovações nas políticas sociais de lazer no Brasil. In: MARCELLINO, N.C. (Org.). **Políticas públicas de lazer**. Campinas: Alínea, 2008. p.43-78.

_____.; ZINGONI, P. Centros de referência regionalizados de esporte e lazer; um passo a mais para a sua concretização. In: ENAREL, 9, 1997, Belo Horizonte. **Anais**. Belo Horizonte: PBH/UFMG/SESI-DN, 1997. p. 746-754.

REQUIXA, R. **Lazer e ação comunitária**. São Paulo: SESC, 1973.

RODRIGO, F.I.B. **Viver mais: a animação sócio cultural como estratégia de dinamização de um centro de dia**. 2013. 117 f. Tese (Mestrado) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2013. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/69077>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SANTOS, S.R.A. **Lugares emergentes da animação sociocultural: experiências e produções socioeducativas, situadas na tensão entre exclusão social e igualdades como condição**. 2009. 249 f. Tese (Mestrado) - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade do Porto, Porto, 2009. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/53138>. Acesso em: 15 dez. 2016.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria da Educação. Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas. **Educação Física: Legislação básica**. (Federal e Estadual). São Paulo, 1985. 702 p.

SESC, Serviço Social do Comércio. **Processo seletivo para o cargo de animador cultural**. 2013. Disponível em: <http://documento.vulnесп.com.br/documento/stream/NDQw>. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. **Descritivo do processo seletivo para o cargo de animador cultural**. 2016. Disponível em: http://internet.sescsp.org.br/sesc/recesel_docs/arquivos/201609/Descritivo_Selecao__ANIMADOR_CULTURAL.pdf. Acesso em: 27 set. 2017.

_____. **Estrutura remuneratória.** 2018. Disponível em: https://transparencia.sesc.com.br/wps/wcm/connect/3320de79-4f32-4c19-b6a2-14cc79ab36d6/EstruturaRemunerat%C3%B3ria_082018.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=3320de79-4f32-4c19-b6a2-14cc79ab36d6. Acesso em 17 out. 2018.

SILVA, E.A.P.C. *et al.* Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. Porto Alegre: **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 38, n. 3, p. 251–258, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0101328916000329>. Acesso em: 15 dez 2016.

SILVA, J.V.P.; MENDONÇA, T.C.F. Grupos de pesquisas e enfoque dado ao lazer das pessoas com deficiência na produção científica no Brasil. Belo Horizonte: **Licere**. v.17, n.3, p. 66-98, 2014. Disponível em: <http://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/download/738/593>. Acesso em: 16 jan. 2017.

SCHWARTZ, G.M. O conteúdo virtual do lazer: Contemporizando Dumazedier. Belo Horizonte: **Licere**. v. 6, n. 2, p. 23-31, 2003. Disponível em: <http://seer.ufmg.br/index.php/licere/article/view/4133/3025>. Acesso em: 20 jan. 2017.

_____. (Org.) **Dinâmica Lúdica: novos olhares.** Bauru: Manole, 2004. 217 p.

_____. MOREIRA, J. C. C. O ambiente virtual e o lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Lazer e cultura.** Campinas: Alínea, 2007. p. 149-170.

STAREPRAVO, F.A. **Políticas públicas de esporte e lazer no Brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/ acadêmico.** 2011. 422 f. Tese (doutorado) - Departamento de Educação Física, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/26132/POLITICAS%20PUBLICAS%20DE%20ESPORTE%20E%20LAZER%20NO%20BRASIL.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 jan. 2017.

STOPPA, E.A.; MARCELLINO, N.C.; SILVA, D.A.M. Políticas públicas de lazer e a metodologia da ação comunitária. Rio Claro: **Motriz**, v. 17, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/motriz/v17n3/18.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

TEIXEIRA, M. S.; MAZZEI, J. Coleção C.E.R.: **Cultura, Educação, Educação Física, Esportes e Recreação.** v. 1, 2 ed. Editora Fulgor. 1967. 350 p.

THOMAS, J. R.; NELSON, J. K. **Métodos de pesquisa em atividade física.** 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2002.

TORREMORELL, M. C. **Cultura de Mediação e Mudança Social: descrição do processo mediador.** Porto: Porto Editora. 2008.

TRILLA, J. **Animação Sociocultural: Teorias, programas e âmbitos.** Lisboa: Instituto Piaget. 2004.

VENTOSA, V.J. A animação sociocultural (asc) como metodologia da participação social. In CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Cidadania ativa na prática: contribuições da Psicologia e da animação sociocultural**. 5. ed. São Paulo: CRP 06, 2007, p. 34-38. Disponível em: <https://www.crpsp.org/fotos/pdf-2015-11-05-16-05-58.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

WANDERLEY, M.B. Conceitos de animação sociocultural. In: CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO (Org.). **Cidadania ativa na prática: contribuições da Psicologia e da animação sociocultural**. 5. ed. São Paulo: CRP 06, 2007, p. 21-23. Disponível em: <https://www.crpsp.org/fotos/pdf-2015-11-05-16-05-58.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2016.

Endereço dos Autores:

Paulo Sérgio de Lima

R. Capitão Francisco Witaker, 481, Teto 2 – Regente Feijó

Presidente Prudente – SP – 19.570-000

Endereço Eletrônico: paulo_lima34@hotmail.com

Jaqueline Costa Castilho Moreira

R. Augusto de Jesus 103, ap. 82 – Vila Jesus

Presidente Prudente – SP – 19.020-020

Endereço Eletrônico: jackycastilho@fct.unesp.br